

RESUMOS DO IV SEMINÁRIO INTERNO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM DO  
CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

**Políticas Públicas de Acesso à Terra: o exemplo do Programa Nacional de  
Crédito Fundiário (PNCF)**

CONCEIÇÃO, Kelly Cristine da<sup>1</sup>; CASTAGNA, Artur Nagy<sup>1</sup>; SILVA, Luiz Rogério Oliveira da<sup>2</sup>

1 Estudante do Curso de Tecnologia em Agroecologia; 2 Professor do Curso de Tecnologia em  
Agroecologia/UFPR Litoral

**Resumo**

O presente trabalho é o resumo do Projeto de Aprendizagem (PA) dos autores que, conforme o Programa Pedagógico da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, faz parte da formação integral da(o) estudante. Ao tomar como premissa e ponto de partida o cenário conjuntural fortemente permeado pela questão socioambiental, com foco de análise para o espaço agrário, o presente trabalho versa sobre a Agroecologia enquanto forma de resistência e emancipação por parte do campesinato perante o economicismo das grandes corporações do agronegócio e agências de desenvolvimento rural, além da função de restauração socioambiental de áreas degradadas. O objetivo dos autores foi o de transpor a proposta do PA como um estudo acadêmico, para transmutá-lo num projeto de vida, ou seja, fazer do momento universidade uma preparação e capacitação para a vida pós-egresso, sendo que é da intenção dos autores assumirem uma propriedade rural através de políticas públicas de acesso à terra. O PA não tratou de conhecer experiências pela observação e investigação real, mas de levantamento bibliográfico das políticas existentes no Brasil que facilitam o acesso à terra à juventude e à famílias em vulnerabilidade econômica. A dupla de autores estudantil alcançou suas metas em mapear as possibilidades que um programa como este oferece a recém formados em cursos de ciências agrárias, como o de Tecnologia em Agroecologia. Ficarão a cargo das(os) estudantes interessadas(os) em pesquisar e estudar formas de garantia da propriedade rural consolidada, a partir deste pequeno ponto de partida. O objetivo central portanto foi o de ter esclarecimento necessário e apropriação de informação que possibilitasse a realização deste projeto de vida.

**Palavras-Chave:** Agroecologia; política fundiária; terra; crédito agrário.

**Contexto**

Uma certa pobreza de perspectiva tem sustentado a suposição, mesmo entre sociólogos, de que a questão da terra interessa aos trabalhadores rurais e a mais ninguém. Problema residual do passado, será resolvido com o progresso e o desenvolvimento urbano inevitáveis. Assim pensam os que não conseguem ver que no problema fundiário está o núcleo das dificuldades para que o País se modernize e se democratize. [...]. Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer (MARTINS, 1994). Os autores buscaram no curso superior em Agroecologia um momento para se capacitarem de técnicas e ferramentas políticas que pudessem colaborar para a materialização de um projeto em comum que os permitissem a garantia do acesso à terra, após a graduação completa. Este Projeto de Aprendizagem iniciou-se a partir das aproximações que os autores-estudantes tiveram com movimentos sociais do campo durante a graduação, aproximação esta que trouxe muita experiência de

## RESUMOS DO IV SEMINÁRIO INTERNO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM DO CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

transformação social nos mesmos, as quais contribuíram para a decisão da dupla em realizar o sonho e a vontade de acessar um lote de terra a partir de projetos populares.

No município de Antonina, no litoral do Paraná, há um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se propõe praticar técnicas de manejo agrícola com base ecológica (agrofloresta, compostagem, manejo orgânico entre outras) com a intenção de recuperar áreas degradadas pela atividade da bubalinocultura e pelo péssimo uso dos recursos hídricos e de solo. A experiência de ocupação territorial pelos acampados na área foi positiva sob o ponto de vista ambiental, cumprindo seus objetivos em resgatar a fitopaisagem natural para o bioma de Mata Atlântica, recuperar o curso e o volume natural do principal rio da bacia hidrográfica do Rio Pequeno; porém do ponto de vista agroecológico em toda a sua complexidade na qual envolve atores sociais, sujeitos do campo e as sustentabilidades social, política, ética, ambiental e cultural os autores compreenderam em suas interpretações que os diversos conflitos internos da comunidade não possibilitaram a emancipação individual e coletiva de todas(os) e cada uma(um) dentro do acampamento para que a agroecologia fosse aplicada em sua forma mais íntegra possível. O contato íntimo e amplo com este acampamento de mais de 10 anos inspirou os autores à buscarem através da reforma agrária popular e dos movimentos sociais do campo uma possibilidade de conseguirem um lote de terra para produzir. Durante a segunda metade de 2015 aproximaram-se das reuniões internas da coordenação do acampamento, vivenciaram o cotidiano da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas e visitaram toda a extensão da área reivindicada e conheceram toda a dinâmica social e organizacional com suas dificuldades. No espaço acadêmico, os autores participaram, facilitaram e promoveram diversos encontros e eventos sobre movimentos sociais do campo e questão agrária. No início de 2016 o PA, que vinha num ritmo de aproximação aos movimentos do campo, mudou o foco da política de acesso à terra: da reforma agrária popular para o crédito/financiamento fundiário. Desse modo, todo o primeiro semestre deste ano a pesquisa se propôs a entender como se procede os trâmites burocráticos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que é hoje em dia, a política mais ampla e generalista de acesso à terra. Podemos assim referenciar todos os 12 meses de trabalho até este momento o PA em duas fases: acesso à terra pela reforma agrária e acesso à terra pelo PNCF.

### **Descrição da experiência**

Na primeira fase do PA, o entendimento que os autores tinham era o de que a aquisição de um lote de terra só era possível, por famílias de baixa renda, somente pela reforma agrária popular, sintetizadas e organizadas pelos movimentos sociais do campo. Uma vez que no ano de 2015 o preço do hectare no estado do Paraná chegava a R\$ 30.000,00 e até R\$ 40.000,00 (DERAL, 2016) o sonho de conquistar a terra por recém-formados em cursos de ciências agrárias e ambientais, como é o de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral) se tornava cada vez mais distante.

Quando a dupla decide pela aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tomou-se conhecimento da possibilidade de inserção dentro do acampamento José Lutzenberger em Antonina-PR. Em 2015 a ocupação era formada por aproximadamente 20 famílias de posseiros que em 2004 ocuparam a então Fazenda São Rafael, e desde o primeiro momento de organização o coletivo decide por adotar a Agroecologia e a produção orgânica como premissas para o manejo vegetal e produtivo nas área delimitadas do acampamento. E esse foi um dos principais motivos que atraiu os

## RESUMOS DO IV SEMINÁRIO INTERNO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM DO CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

participantes deste PA em estreitar relacionamentos e inserir-se paulatinamente ao longo do segundo semestre de 2015.

O primeiro fruto desde PA foi a proposta da Interação Cultural e Humanística (ICH) Movimentos Sociais do Campo, que tinha por proposta criar um espaço pedagógico para debate e formação nos temas que envolvem a organização de camponeses e populações tradicionais como: sociologia rural, análise de conjuntura, leitura de textos sobre o tema, documentários, material audiovisual e temas que o grupo de estudantes achassem pertinentes. O ICH estará completando 3 semestres consecutivos em Agosto de 2016, dado a riqueza e diversidade que proporciona esse espaço e pelo interesse das(os) estudantes, em sua maioria do curso de Tecnologia em Agroecologia.

Outro fruto deste PA foi a participação da 14ª Jornada de Agroecologia do Paraná, realizada em Irati-PR por diversos movimentos sociais do campo e da cidade. Conseguimos organizar grupos de estudantes de Matinhos e Curitiba para cooperarmos no encontro, articulados com o acampamento José Lutzenberger. A própria organização em si foi um processo de aprendizado extremamente positivo, do ponto de vista da formação política e acadêmica dos estudantes envolvidos.

Como todo movimento organizado que é formado por indivíduos, com suas habilidades e faculdades, defeitos e maus hábitos, o MST é uma imagem e semelhança da sociedade brasileira. Toda a diversidade de senso de ética, cooperativismo, fraternidade e individualidade que encontramos na cultura do país encontramos dentro dele, e em alguns momentos isso pode ser um empecilho para o sucesso dos projetos de assentamento. Ao longo dos meses em que os trabalhos eram realizados e a aproximação feita, os autores de depararam com algumas situações e fatos que lhes chegavam e colocavam em dúvida a certeza de que a “terra prometida” estava próxima.

Como em qualquer comunidade rural, tradicional e autóctone, os conflitos internos existem pois fazem parte natural do amadurecimento e crescimento interpessoal dos sujeitos ali inseridos. Mas como em situação de quase formandos não se pode trabalhar a partir de incertezas e ameaças à sustentabilidade social e política estando numa situação tão vulnerável quanto à nossa.

O motivo e objetivo inicial do PA estava se perdendo ao fim de 2015, e não víamos motivo em continuar apostando num projeto frágil e instável. Por isso optamos por suspender o intercâmbio com o acampamento José Lutzenberger e aguardar a estabilidade se reestabelecer, ou minimamente o amadurecimento interno permitir uma melhor convivência. Quando se inicia o ano letivo de 2016 não tínhamos notícias concretas do que se passava na ocupação, mas na época isso não preocupava o andamento do PA, muito menos do projeto de vida, pois tomou-se uma decisão profunda e concreta de não envolver-se mais com os movimentos sociais e a reforma agrária popular no momento, mas em apostar no Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O objetivo central do PNCF é contribuir, mediante o acesso à terra, para a redução da pobreza rural e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, os quais poderão produzir tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, aumentando efetivamente a sua renda. O programa visa, ainda, consolidar e ampliar a agricultura familiar, possibilitando a permanência definitiva das famílias beneficiadas no meio rural, contribuindo, dessa forma, para a redução do êxodo rural. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, a família agricultora pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. A legislação que trata do assunto é constituída pela Lei

## RESUMOS DO IV SEMINÁRIO INTERNO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM DO CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

Complementar n. 93 de 04/02/98, pelo Decreto n.4892, de 25/11/2003, pela Resolução n. 3176 de 08/03/2004 do Banco Central, complementada pelo Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (GALINDO et al., 2015).

A atuação do PNCF tem como base a participação ativa das comunidades envolvidas, que possuem autonomia para elaborar propostas de financiamento, escolher imóveis e negociar preços. De fato, a participação social tem sido uma das principais características do programa, desde a sua concepção até a sua efetiva atuação, não só por parte das comunidades mas também dos estados, sindicatos representantes dos trabalhadores rurais e demais parceiros. Dessa forma, por meio de uma gestão marcada pela descentralização, o PNCF atua de forma transparente, permitindo que os diversos segmentos envolvidos no programa exerçam o controle social das ações (SPAVOREK, 2008).

Podem participar do PNCF trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudantes de escolas agrotécnicas. E é esta última categoria que o PA se propôs a investigar neste primeiro semestre de 2016. O PNCF é composto de um conjunto de ações que promovem o acesso à terra e aos investimentos básicos e produtivos, que permitem estruturar os imóveis rurais. O Programa apoia-se nos princípios da participação, controle social, transparência e descentralização. As famílias são as responsáveis pela escolha da terra e pela negociação do preço, além da elaboração da proposta de financiamento. Para isto, poderão contar com a Rede de Ater cadastrada. Todo o procedimento para a contratação se dá inteiramente nos estados, por meio das Unidades Técnicas Estaduais (UTES) e demais parceiros. O PNCF possui condições diferenciadas de acordo com o valor do financiamento e o prazo de pagamento é de até 35 anos, com 36 meses de carência. Quem se enquadra nos critérios do Programa, deve procurar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ou da Agricultura Familiar de seu município ou entrar em contato com a Unidade Técnica Estadual. O público do PNCF é composto por agricultores e agriculturas rurais sem terra, na condição de diarista ou assalariado; arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros e proprietários de terra cuja dimensão é inferior ao módulo rural. O potencial beneficiário deve ter, no mínimo, cinco anos de experiência rural nos últimos 15 anos. O Programa prevê ainda ações de incentivo às mulheres, jovens e negros rurais contemplando ainda projetos especiais para o convívio com o semiárido e o meio ambiente (MDA, 2016).

Não se foi capaz, durante a finalização deste PA, de visitar alguma propriedade ou família agricultora que tenham sido beneficiados pelo crédito fundiário, mas em pesquisa bibliográfica e audiovisual a pesquisa do tema teve um bom ritmo e abrangência no que diz respeito ao entendimento desta política e de que maneira as(os) estudantes egressas(os) podem acessá-lo.

### **Resultados**

O presente projeto nunca se propôs a atingir objetivos concretos ou produtos ou mesmo dados compilados em tabelas. Por se tratar de um projeto de vida lido sob a ótica de um projeto acadêmico o objetivo que tínhamos era o de mapear e nos apropriar das políticas públicas que existem no Brasil. Avaliamos que o sucesso deste quase 1 ano de investigação será posto a prova quando de fato acessarmos nosso lote de terra.

### **Considerações finais**

O questionamento que se faz a partir do material acumulado em pesquisa é: porque o Brasil continua sendo líder mundial em concentração de renda e terras? Porque o

## RESUMOS DO IV SEMINÁRIO INTERNO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM DO CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

altíssimo custo de lotes de terra ou mesmo propriedades no país? Porque a dificuldade dos governos em todas as instancias em reconhecer a vitalidade da agricultura familiar e assim facilitar e baratear a produção para este setor? E por fim quando teremos um projeto de reforma agrária popular que viabilize o acesso à terra à qualquer sujeito que queira através dela contribuir para a Agroecologia? Os recursos naturais de nosso país são vendidos e comercializados para empresas e corporações multinacionais que minam e desmatam territórios inteiros em busca do capital verde. Um dia veremos uma população e uma cultura organizada, socialista o suficiente para impedir e parar com a repartição mercantilista dos milhões de hectares agricultáveis.

### Referências

SPAROVEK, G. Avaliação de impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Brasília: IICA/MDA/PCT/Crédito Fundiário, 2008.

GALINDO, Ernesto; RESENDE, Guilherme M.; CASTRO, César de; CRAVO, Tulio Antônio. Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): uma avaliação de seus impactos regionais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3511/1/td\\_2042.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3511/1/td_2042.pdf). Acessado em 12 de Junho de 2016.

MARTINS, José de S. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

DERAL (Departamento de Economia Rural) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Disponível em: [http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras\\_pdf\\_publicacao.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras_pdf_publicacao.pdf). Acessado em 12 de Junho de 2016.